



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIII - Nº 225 - DE 15 A 29 DE OUTUBRO DE 2001 - R\$ 1,00

CONTRA A GUERRA IMPERIALISTA:



EUA massacram Afeganistão.

As massas protestam com manifestações antiimperialistas.

Os governos da feudal-burguesia reprimem os explorados.

A tarefa do movimento operário é pôr em pé

a luta antiimperialista em toda parte.

**Propostas de resolução da Corrente
Proletária ao Congresso da Apeoesp**

Quinzena do Movimento Operário

Destacamos aqui algumas lutas e fatos importantes que ocorreram no período

Governo apresenta projeto que permite negociar direitos

Pela proposta, os sindicatos poderão negociar uma série de direitos trabalhistas — inclusive direitos previstos na Constituição. O projeto permite negociar itens sem “quantificação” — sem valores ou percentuais especificados. Estariam nesse caso o adicional noturno, o descanso semanal remunerado e até o FGTS. O presidente do sindicato dos bancários e tesoureiro da CUT, João Vaccari, criticou o projeto. “Querem introduzir um viés legal para suprimir direitos consagrados dos trabalhadores.” No entanto, a burocracia sindical ligada ao PT não faz senão reclamar.

Pelo projeto, o artigo 618 da CLT é alterado, permitindo que negociações diretas prevaleçam sobre a legislação, desde que não contrariem dispositivos constitucionais.

Com isto os sindicatos pelegos podem ser pressionados pelos patrões a, por exemplo, parcelarem as férias, diminuir o tempo de licença gestante, diminuir o percentual de horas extras etc.

Há necessidade da classe operária reagir nacionalmente organizada em poderoso movimento de massas. Caso contrário, o governo e a burocracia sindical conciliadora destruirão antigas conquistas trabalhistas.

Desemprego no ABC tem elevação

A taxa de desemprego no ABC voltou a subir, atingindo em agosto 18,2% da População Economicamente Ativa (PEA), contra 18% em julho. Em relação a um ano atrás, a elevação no número de desempregados é mais expressiva. Havia em agosto 17 mil pessoas a mais sem ocupação — crescimento de 8,1% na comparação com agosto de 2000.

A exemplo do que ocorre no restante da região metropolitana, o rendimento continua caindo — no ABC, pelo terceiro mês seguido. Entre julho e junho deste ano, a queda foi de 3%. Em 12 meses, a renda média dos ocupados caiu 6,5%. O resultado foi pior na indústria (-7,7%) e

entre os empregados com registro (-10,1%). O valor médio em julho foi estimado em R\$ 812, contra R\$ 837, em junho, e R\$ 869, em julho de 2000.

O número de empregados fazendo horas extras aumentou.

Como podemos ver, o desemprego está aumentando, ao mesmo tempo que o salário vem caindo e os trabalhadores estão sendo obrigados a fazer mais horas extras para que os patrões não percam os pedidos.

Além disso, a **Volkswagen** iniciou neste mês um programa de demissões voluntárias para os seus 16 mil empregados. E tem a proposta de flexibilizar a jornada na fábrica de São Bernardo.

Na **Scania** a empresa quer discutir a proposta de flexibilização da jornada de trabalho. A proposta prevê a redução da atual jornada de 40 horas semanais/cinco dias da semana para 36 horas e semana de quatro dias de trabalho. A redução da jornada valerá pelo prazo de seis meses. A compensação será feita nos outros seis meses, quando a jornada for ampliada para 44 horas semanais

A **General Motors** abre hoje programa de demissões voluntárias (PDV) nas fábricas de São Caetano e São José dos Campos, para os horistas

A greve das Montadoras do ABC

O Sinfavea ofereceu reajuste equivalente a 70% do INPC em 1º de novembro, o que neste momento resultaria algo em torno de 5%. As empresas do setor também não aceitam discutir a mudança da data-base para setembro, como querem os metalúrgicos ligados à CUT.

Como resposta os metalúrgicos iniciaram uma greve pipoca cujo único objetivo é retomar a negociação salarial. Com ações pulverizadas, por empresas de vários segmentos, por setores dentro das indústrias e em horários alternados. Esse tipo de greve planejada pela burocracia sindical não afeta em nada a decisão da multinacional em descarregar a crise sobre os operários.

As fábricas da DaimlerChrysler (antiga Mercedes-Benz), Scania, Toyota e

Volkswagen em São Bernardo foram as primeiras a sofrer paralisações no dia 9/10. A Scania parou durante duas horas e a Volkswagen, por quatro — deixando de produzir, segundo os trabalhadores, 240 veículos —, enquanto a Toyota parou durante todo o dia. Os protestos atingiram também a Kostal, fabricante de autopeças

No segundo dia de manifestação, 10/10, dezesseis mil metalúrgicos participaram das manifestações no Centro de São Bernardo, em uma passeata que reuniu trabalhadores da Volkswagen (aproximadamente 10 mil funcionários do primeiro turno ficaram sem trabalhar), da Scania (1.500 empregados no primeiro turno) e da Kharman-Ghia. A manifestação terminou às 9h20, com assembleia na praça da Matriz.

Além disso houve paralisações no setor de motores da DaimlerChrysler (antiga Mercedes-Benz, com 500 empregados), Ford (setores de submontagem, funilaria e armação) e Scania, em São Bernardo. Trabalhadores na Federal Mogul e Faparmas, empresas de autopeças em Diadema, aderiram ao movimento.

Em São José 4 mil trabalhadores na General Motors paralisaram atividades durante quatro horas, somando os períodos da manhã e da tarde.

Essa movimentação indica que os trabalhadores estão dispostos à luta, porém a burocracia manobra com a inofensiva greve pipoca e com a divisão das forças operárias por fábrica.

Federais, estudantes e MST ocupam Esplanada

Trabalhadores da educação, servidores e professores de universidades federais em greve, estudantes e trabalhadores sem-terra ocuparam no dia 3/10 a Esplanada dos Ministérios numa manifestação que reuniu 50 mil pessoas. Militantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) entraram em confronto com PMs. Depois de atear fogo e pisotear um boneco que simbolizava o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, os estudantes atiraram pedras,

garrafas, cocos e até um rojão contra os PMs. A PM respondeu jogando a cavalaria para cima dos estudantes e deixando o Batalhão de Choque de prontidão.

Bancários Campanha salarial

No dia 02/10, foram feitas novas manifestações da campanha salarial no **Mercantil** (10 agências) e no **Bilbao Vizcaya** (cinco). No caso do **Mercantil**, o protesto era também contra demissões e fechamento de agências. No **BBV**, os bancários reclamam das condições de segurança.

No dia 04/10, um plebiscito decidiu a paralisação na agência do **Unibanco** na praça do Patriarca, durante todo o dia de ontem. No total, o movimento atingiu 8 mil trabalhadores nesses locais. Em alguns casos, funcionários só começaram a trabalhar às 10h, após o início do expediente

No dia 11/10, 1.500 mil trabalhadores de 25 agências e matrizes fizeram uma passeata no Centro Velho de São Paulo

Os bancários, que reivindicam 20,46% na data-base (1º de setembro), a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) ofereceu 4% de reajuste e R\$ 750 de abono, além de participação nos lucros ou resultados (PLR) de 80% do salário e R\$ 468 fixos.)

Fica claro que sem a greve bem organizada não será possível impor aos capitalistas as necessidades dos trabalhadores.

Carteiros terão 6% de reajuste salarial na data-base

Os 83 mil funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) tiveram 6% de reajuste salarial retroativo à data-base, que é 1º de agosto. O mesmo índice será aplicado ao piso salarial da categoria, que passará de R\$ 342 para R\$ 362,52. O acordo, que foi assinado na segunda-feira entre os dirigentes da empresa e da federação nacional da categoria (Fentect), prevê prazo de 30 dias para que as partes voltem a negociar o pagamento do prêmio de participação nos lucros ou resultados (PLR).

Como se vê, esse acordo lesa os trabalhadores, pois o reajuste nem mesmo repõe as perdas salariais.

Trabalhadores da Sabesp protestam

Perto de 500 trabalhadores da Sabesp fizeram protesto ontem durante o Seminário Internacional de Mananciais da Grande São Paulo, na Capital. O presidente da empresa, Ariovaldo Carmignani, esteve presente no evento. Dia 10/10 os funcionários da sede, em Pinheiros, fizeram paralisação de meio período reivindicando o pagamento da participação nos lucros ou resultados devido desde 30 de setembro.

Rio Grande do Norte Saúde

Depois de 20 dias de paralisação os servidores da área da saúde de Mossoró retornaram ao trabalho no dia 2/10, a direção afirmou: como a secretária de Cidadania Isaura Amélia ainda não definiu quando será dado um retorno aos servidores, a única forma encontrada foi voltar ao serviço, para não prejudicar o atendimento à população de baixa renda. Que safadeza é essa da direção de voltar ao trabalho sem nenhuma conquista! Quem prejudica a população é a prefeitura dirigida pela oligarquia e não a paralisação dos trabalhadores. É preciso chutar o traseiro da burocracia sindical.

Servidores Municipais de Mossoró

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mossoró continua recolhendo as ações individuais de servidores contra a prefeitura e ainda não entregou os documentos à Justiça, a alegação dos diretores é que a prefeitura pediu um tempo para avaliar a situação e possivelmente negociar com o sindicato.

Servidores públicos de Upanema paralisam atividades

Os servidores públicos do município realizaram dia 9, uma paralisação de advertência em frente a sede da prefeitura. Segundo o diretor regional do Sinte/RN, Aldeirton Pereira, a greve de advertência tem como objetivo o reajuste salarial de 71%, reivindicado ao Executivo municipal. Trata-se de preparar a greve, porque o prefeito não presta a mínima atenção à advertência.

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte realizaram, dia 2/10 uma parada de advertência de 24 horas. A paralisação foi feita em virtude do não atendimento das reivindicações enviadas pelo sindicato ao Tribunal de Justiça no mês passado

Petroleiros podem realizar paralisação

Os petroleiros do Estado vão paralisar suas atividades por quatro horas no dia 17 de outubro, caso a Petrobras não abra as negociações com a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e apresente uma proposta que satisfaça os trabalhadores. O Sindipetro/RN informou que o motivo da paralisação será o não pronunciamento da empresa com relação ao dissídio coletivo da categoria devida ocorrer no mês de setembro, mas até agora não houve entendimento com a direção da empresa. Por esse motivo, os petroleiros estão dispostos a fortalecer a campanha salarial.

Houve paralisações com atraso de duas horas, em áreas de produção terrestre, como Mossoró e Alto do Rodrigues.

Em todo o País, o quadro geral das mobilizações que aconteceram apontam um grande movimento. Em nível nacional, a categoria está decidida a entrar em greve por cinco dias, de 24 a 28 de outubro. A tarefa consiste em dar unidade nacional aos petroleiros e preparar as condições para uma greve geral.

UFRN vão manter a greve

Os professores e funcionários da UFRN vão manter a greve por tempo indeterminado. Há uma queda de braço entre os funcionários e o MEC. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, condicionou negociar com as reivindicações caso os grevistas retornem ao trabalho. No dia 2/10 completou 63 dias da paralisação dos funcionários, que querem aumento de 67%. Faz sete anos que o Governo não dá aumento aos funcionários públicos

Na UFRN mais de 90% dos três mil servidores e professores estão

em greve, por um reajuste geral de 75.48%. Porém, no caso dos técnico-administrativos, a luta maior é pelo reajuste de 160% da Gratificação de Atividade Executiva (GAE). Mas o ministro quer dar somente 3,5% não extensivo aos aposentados e pensionistas. Os servidores também querem isonomia das diferenças entre os níveis auxiliar, médio e superior.

A folha de pagamento da UFRN é de R\$ 10,5 milhões. Dinheiro que o ministro reteve e que deixa de circular no comércio local. Rebouças disse que a cada dia aumentam as dívidas dos servidores que, sem salários, não podem saldar seus débitos. Os grevistas vão promover pedágios para arrecadar fundos.

Na assembleia do dia 9 pela manhã, na Reitoria, a categoria realizou a maior assembleia em mais de dois meses de greve contra os sete anos sem reajuste salarial.

Convidado para participar da assembleia, o reitor da UFRN, Otom Anselmo, disse que a suspensão do pagamento é uma decisão do ministro da Educação. Ele é contra a posição de Paulo Renato Souza, porque esta fere a autonomia universitária. Também questionou a autonomia. "Não pode haver autonomia sem dinheiro".

Ceará **Marcha em defesa da** **educação pública**

No dia 4 de outubro estudantes, professores e servidores de instituições públicas de educação realizaram a 2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública. A passeata saiu do Instituto de Educação do Ceará e seguiu pela Avenida Treze de Maio, em direção à Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC). Lá encontraram-se com os professores e servidores em greve da universidade e deram um grande abraço simbólico no prédio da Reitoria. Infelizmente, o movimento continua a ser dirigido pelos reformistas que não se cansam de abraçar e dançar em volta do prédio.

As principais reivindicações são: a ampliação do Programa de Garantia de Renda Mínima, o Bolsa-Escola; ampliação da oferta de vagas para o ensino público, em até 40% do total atual, e investimentos em educação com recursos equivalentes em até 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Participaram também da marcha alunos secundaristas do Instituto de Educação, ameaçado de extinção pela Secretaria da Educação Básica do Estado, das escolas Figueiredo Corrêa, Adauto Bezerra, Cefet e Cursinho Pré-Vestibular do Sintufc,

além dos alunos da UFC.

Sobre o abraço simbólico na Reitoria, representantes de instituições como Sintufc, Adufc, DCE, Andes e Sindiute ressaltaram a importância da união do movimento pela educação pública para o fortalecimento da luta. O movimento tem, na verdade, de superar a simbologia pequeno burguesa de beijos e abraços e partir para as ocupações acompanhadas de mobilização de rua.

Greve na UFC

Em assembleia geral no pátio da Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi aprovado no dia 4 de outubro, por unanimidade, a continuidade da greve dos servidores públicos federais com a adesão dos funcionários do Centro Cirúrgico do Hospital Universitário Wálter Cantídio (HUWC), que já vinham trabalhando em esquema de plantão.

Os servidores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Ministério da Saúde em greve resolveram fechar, no dia 5, a superintendência do órgão e o acesso à Rua Pedro Pereira (Centro) durante duas horas. A manifestação marcou o 50º dia de greve da categoria. A unidade grevista entre os vários setores é o que deve ser alcançado. A divisão é imposta pela burocracia.

Falta Unificar as Lutas que estão **Ocorrendo em Todo País**

Como vemos a resistência dos trabalhadores impulsionam para as mais diversas formas de luta.

As direções sindicais apesar disto se negam a fazer um movimento unitário para responder ao conjunto dos trabalhadores sua necessidade contra o Plano de fome e miséria de FHC/FMI. Cabe aos trabalhadores organizarem as frações revolucionárias no interior de cada sindicato e lutarem pela unificação do movimento, passando por cima de suas direções.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Movimento operário

Férias coletivas é o passo para as demissões

As montadoras - Fiat, General Motors e Volkswagen - impõem as férias coletivas para cerca de 20 mil metalúrgicos. A Volks determina que serão de 20 dias. O cálculo patronal é de que 35 mil veículos deixarão de ser fabricados nesse período.

Os argumentos são sempre os mesmos: crise econômica mundial, alta dos juros, queda das exportações e, agora, os atos terroristas.

Juntamente com as férias coletivas, já impuseram as "demissões voluntárias" e, em algumas fábricas, a semana de 4 dias.

Trata-se de mecanismos para descarregar o peso da crise econômica sobre os operários. As medidas preventivas dos patrões são as desgraças para os operários, que amargarão com o desemprego e redução salarial.

Greve pipoca não tira o patrão da toca

Há uma semana, os operários realizam a greve pipoca, parando setores ou fábricas em dias alternados. Essa foi a tática da diretoria do sindicato para a campanha salarial.

As montadoras já responderam: 70% do INPC do período. O que significa um reajuste salarial de 5%. Ainda pressionam para manter o aumento da produtividade. Avaliam que a meta de 15,87 veículos por trabalhador (no ano de 2000) passou para 19 nesse ano e que não pode cair. A produtividade quer dizer aumento da exploração do trabalho. Os patrões sequer dão reajustes de acordo com a inflação e ainda exigem que os operários trabalhem mais. Com as demissões previstas, e mantendo a produtividade, os capitalistas economizam gastando menos em salário. O que quer dizer que o reajuste de 5% será pago com demissões e produtividade, assegurando a lucratividade.

Diante dessa violência patronal, a burocracia sindical fica no faz-de-conta com os pulinhos da greve pipoca. Acaba, com isso, desgastando a vontade de luta dos operários e dando tempo para os ca-

pitalistas imporem as férias coletivas, demissões e arrocho salarial.

Temos como lutar contra as demissões e o arrocho salarial

Que o sindicato lance para todos os metalúrgicos a luta contra o desemprego. Trata-se de unir a classe operária contra as demissões.

- Que o sindicato convoque assembléias em todas as fábricas para se posicionar contra o desemprego.
- Que as assembléias formem os comandos de greve por fábrica.
- Que o sindicato convoque assembléia geral com empregados e desempregados.
- Que a assembléia geral aprove um comando geral de greve formado por representantes dos comandos de fábrica.
- Que se aprove a greve geral de todos os metalúrgicos.
- Que tenha como meio a greve com ocupação de fábrica.
- Que se faça um chamado à unidade de toda classe operária contra o desemprego, a fome e a miséria.
- Que se unifique empregados e desempregados de todas as categorias em manifestações contra os patrões e o governo, únicos responsáveis pela crise econômica, pelo desemprego de milhões e pelo arrocho salarial.

Combater o violento pacote das demissões Semana de 4 dias é desemprego e redução salarial

A Volkswagen anunciou que as demissões virão de qualquer maneira. A semana de 4 dias quer dizer aceitar demissão em massa e redução de 20% a 25% nos salários. A multinacional pressiona para que nosso sindicato aceite um violento pacote de cortes, diferenciação e redução salarial, semana de 4 dias, banco de horas e terceirização. A explicação dos patrões é o de sempre: a crise econômica, queda das vendas e diferenças salariais entre as montadoras.

A burocracia sindical tem aceitado as pressões dos capitalistas para que não haja uma greve geral de todos os metalúrgicos. Sabemos que se não unirmos nossas forças numa greve bem organizada os cortes virão e o pacote patronal será enfiado em nossa garganta.

Os operários necessitam de uma política proletária

O combate inflexível ao desemprego e ao arrocho salarial só pode ocorrer sob uma política proletária. Isso porque a luta econômica pelo emprego e salário corresponde à luta política contra a exploração capitalista do trabalho e contra a repressão desfechada pelos empresários e seu governo.

Os capitalistas defendem o lucro (seu capital) e os operários defendem sua fonte de existência (o trabalho). Esse choque se dá na forma da luta de classes: classe operária contra a classe capitalista. A luta de classes é a luta política dos explorados contra os exploradores. É a luta do trabalho contra o capital.

A política burguesa (patronal) procura impor aos operários a colaboração de classe. A colaboração significa que os trabalhadores aceitem a política econômica dos capitalistas e a administração do capital no sentido de aumento da exploração. Sempre a política burguesa é de aumento da taxa de lucratividade e aumento da concentração de capital. Isso se dá aumentando a produtividade, mantendo os salários baixos e reduzindo o número de trabalhadores.

A direção sindical que se corrompe na política burguesa pratica a colaboração de classe. Como ela faz isso? Em primeiro lugar, abre mão das reivindicações (programa de luta) vitais da classe operária. Em segundo, procura convencer os trabalhadores de que a greve e outras formas radicais de luta devem ser evitadas. Em terceiro, nega se a unificar as forças da classe operária, isolando uma fábrica da outra. Em quarto, substitui a luta coletiva (assembléias, greves etc) pelas negociações de cúpula com o patronato. Em quinto, coloca-se

do lado do patronato na explicação de que os trabalhadores têm de cooperar e se sacrificar diante da crise econômica. Em sexto, bloqueia a democracia operária, impedindo que a assembléia seja um lugar de discussão das várias posições e opiniões sobre como combater a exploração capitalista.

Ao contrário de tudo isso, a política proletária é a da luta de classe. Ela permite que coletivamente os explorados

elaborem seu programa de luta e determinem as formas de defender esse programa. A política proletária parte da defesa intransigente das reivindicações de emprego e salário e se dirige ao objetivo de destruir o capitalismo (sistema de exploração do trabalho). A política proletária contrapõe a propriedade coletiva dos meios de produção (fábrica, terra) à propriedade privada dos meios de produção, que é de exploração do trabalho.

É por isso que a política proletária coloca para todos os trabalhadores que no interior do capitalismo não há solução definitiva para a exploração, opressão, fome e miséria da maioria da população.

A tarefa é, portanto, de desenvolver as reivindicações de emprego e salário para arrancar o poder político dos capitalistas (seu Estado) pela via da revolução e ditadura do proletariado.

A formação do Brasil

As particularidades da colonização genocida no Piauí

O Estado do Piauí foi colonizado do interior para o litoral, em consequência do afastamento do gado da zona canavieira para o interior do país, tendo como atividade econômica a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. Este território recebeu colonizadores provenientes das Capitânicas da Bahia, Pernambuco e até da distante São Paulo, situada no Sudeste da Colônia. O gado bovino assumiu, no Brasil, papel de produto complementar à cana-de-açúcar, como força de tração e alimento, encontrava-se localizado no interior do engenho com o senhor de engenho acumulando a posse das reses e o controle sobre as terras (sesmarias).

Por volta do século XVII, o cultivo da cana acabou expulsando o gado das suas áreas litorâneas, e fixando-o no interior da Colônia. Em 1688, a Coroa portuguesa decretou Alvará proibindo a criação de gado numa área a 10 léguas (60 km) do Recôncavo baiano. Assim, os criadores de gado irão adentrar o sertão nordestino, intensificando violentamente o genocídio do índio no sertão nordestino. O processo de estruturação das fazendas de gado surgiu através de doações de sesmarias, de grandes extensões de terras recém-conquistadas, como remuneração ao serviço militar prestado contra os índios.

A conquista de territórios se deu através dos rios. O rio São Francisco desempenhou papel fundamental na conquista do Piauí. Por volta de 1680, foi construída numa imensa fazenda

de gado nas margens do rio, o português Domingos Afonso Mafrense habitava a margem do rio pertencente a Pernambuco, ao lado da região que viria a ser o Estado do Piauí. Nessa região, passaram a ocorrer violentos choques entre os colonizadores e os povos indígenas. O que serviu para justificar sua entrada no Piauí, ocasião em que ele se encontra com Domingos Jorge Velho, que vinha do Sul, objetivando novas conquistas e preparado para esmagar a resistência dos nativos.

A Coroa concedia terras ainda desconhecidas dos colonos, gerando monopólio fundiário, e graves conflitos sociais junto aos colonizadores, que chegando à região após os bandeirantes, encontravam as terras e os pastos já ocupados. Assim é que os criadores de gado da Bahia atingiram o Piauí pelo rio Parnaíba, que margeava grandes extensões de pastos, tornando-se um infundável reservatório de água para o gado e para os humanos.

As raízes do atraso

A migração de paulistas e colonos livres que penetraram no Piauí pelo rio Parnaíba, já na segunda metade do século XVII, visava exclusivamente o pasto abundante oferecido pela região.

Mas, para implantar suas fazendas, a primeira coisa a fazer era expulsar ou exterminar os nativos da região. E, segundo relatos, esses invasores limpavam totalmente a área da presença de índios, ao ponto de se afirmar que os traços étni-

cos do piauiense se diferenciavam por se tratar de um tipo racial definido, sem a presença do indígena na mestiçagem em formação.

O Piauí foi o grande produtor de gado do Brasil desde a Colônia, mas por interesse político dos donatários portugueses, já no final do séc. XVIII, a pecuária foi sendo substituída bruscamente pela agricultura, desordenadamente, sem que houvesse qualquer apoio à construção de saídas comerciais (meios de transporte) para o deslocamento comercial dos seus produtos.

O Piauí é cortado por um dos maiores rios do Brasil, o Parnaíba, com uma extensão de 1.415Km que faz a fronteira com o Estado do Maranhão. É navegável por quase toda sua extensão. Mas mesmo sendo canal de entrada do colonizador, nunca constituiu uma via comercial. Somente no ano de 1858 é que uma empresa é paga para fazer a navegação comercial por este rio.

Até a metade do século XX, grande proporção do território do Piauí não tinha qualquer meio de transporte eficiente, nem para exportação de seus produtos nem para transporte de pessoas. Parte de seus produtos foram transportados no lombo de jegues e de burros, durante muitos anos, como acontece ainda em boa parte do Nordeste, nas regiões mais afastadas. Esses fatores econômicos e históricos da colonização explicam o extraordinário atraso do Estado do Piauí, marcado pela dominação latifundiária e pela miséria dos camponeses.

Reforma trabalhista

Quebra de direitos trabalhistas

O governo prepara as condições para impor a reforma trabalhista. Trata-se de um conjunto de medidas para eliminar antigas conquistas dos trabalhadores. A tal reforma prevê negociação entre capital e trabalho em torno de direitos como: 13 salário, descanso semanal remunerado e redução salarial. Para impor esse pacote, o governo procura o aval da burocracia sindical.

A reforma trabalhista é o mecanismo para descarregar a crise econômica sobre os assalariados. O governo e os patrões

ficarão de mãos livres para tirar o 13 salário, o pagamento do descanso semanal e até mesmo de reduzir o salário. Esses direitos trabalhistas foram impostos com muita luta (greves gerais, ocupações etc) dos operários nas primeiras décadas do século passado. Agora, numa penada, o governo pretende retirar com a colaboração da burocracia sindical.

A permanência dos direitos trabalhistas depende unicamente da resistência coletiva dos assalariados. Os governos dos países semicoloniais seguem a políti-

ca neoliberal. Esta prevê os cortes das conquistas sociais, entre elas os direitos dos trabalhadores. Na Argentina, o governo De la Rúa está impondo todas as reformas ditadas pelo FMI, a exemplo do fim do 13 para os servidores e a redução salarial. FHC segue a mesma rota.

Para se quebrar a ofensiva governamental é necessário pôr em pé um movimento das massas exploradas. A resistência dos trabalhadores argentinos deve ser uma lição aos assalariados brasileiros.

Sindical

Os operários é que podem varrer a corrupção dos burocratas sindicais

Não é de hoje que Luiz Antônio Medeiros vem sendo acusado de roubo de dinheiro. Novamente vem à tona o surrupio de 2 milhões de dólares do instituto IBES (Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais). Essa valiosa montanha de dinheiro foi recolhida de empresários para criar a Força Sindical, sob a direção de Medeiros. O dinheiro foi parar nos Estados Unidos, na conta dos pelegos.

O governo e os capitalistas necessitam da colaboração da burocracia sindical. A criação de sindicatos e a Central (Força Sindical) é um dos mecanismos para interferir diretamente no movimento dos trabalhadores. Há uma enorme parcela de dirigentes sindicais que se vende às escondidas dos explorados por qualquer bagatela. Medeiros e a direção da Força Sindical, que tem o sindicato metalúrgico de São Paulo como seu maior quinhão, são velhos corruptos. Fizeram fortuna e usaram o prestígio, o dinheiro da Central e dos sindicatos para o carreirismo parlamentar. Agora, como deputado, Medeiros atribuiu as falcatruas a seus assessores, que

certamente colaboraram com toda corruptela.

Volta e meia os empresários e seu governo (doadores de dinheiro à burocracia) ameaçam com denúncias de utilização fraudulenta do dinheiro pelos burocratas. Geralmente, usam um setor de burocratas descontente contra o outro que subiu no escalão da política burguesa. Não se trata de uma ação para apurar o roubo, mas sim para submeter mais ainda os dirigentes corruptos.

Os capitalistas e seu governo agem de três formas para interferir na vida dos organismos dos trabalhadores: 1) através da compra de dirigentes sindicais: dinheiro para construir sedes, institutos de estudos sindicais, os chamados cursos de "requalificação" dos operários e as contribuições diretas aos burocratas pelos favores prestados; 2) através dos acordos firmados nas mesas de negociação entre capital e trabalho, onde os burocratas assinam acordos de favorecimento do capital e se responsabilizam pela quebra da resistência coletiva dos trabalhadores; 3) quando não é possível agir diretamente sobre a burocracia, o governo e os

patrões intervêm repressivamente sobre os organismos de luta dos assalariados.

Quanto mais burocratizado for os sindicatos e a Central mais fácil é para os capitalistas. Não é por acaso que a burocracia faz de tudo para evitar o enfrentamento dos explorados contra os patrões, para não unificar os movimentos grevistas, para quebrar a disposição coletiva de luta dos explorados e ludibriar com os acordos de cúpula com o patronato. O caso de Medeiros não é único no movimento sindical. Basta que lembremos da corrupção deslavada de Magri.

As denúncias de corrupção da burocracia sindical (que vão desde dinheiro à quebra dos movimentos) devem servir para que os trabalhadores possam se organizar para varrer de seus organismos os dirigentes vendidos. As assembleias devem julgar e punir os corruptos do meio sindical. Tomar os organismos dos assalariados das mãos dos burocratas é vital para colocá-los a serviço da resistência da classe contra os capitalistas e seu governo.

Propostas de resolução da Corrente Proletária da Educação

A Corrente Proletária na Educação apresentará no Congresso da Apeoesp, no final de outubro, as seguintes resoluções.

1ª Resolução

**Rechaçar a guerra imperialista contra o Afeganistão
Expulsar a aliança imperialista do Afeganistão, Palestina e todo o Oriente Médio
Defesa das nações oprimidas contra as nações opressoras
Soberania e autodeterminação dos povos
Frente única antiimperialista para emancipar os povos oprimidos, sob a direção da classe operária.**

O atentado usado pelo terrorismo nacionalista serviu de estopim para os Estados Unidos aumentarem o intervencionismo bélico na região asiática. Usando o pretexto do ataque terrorista, os Estados Unidos arrastaram as potências e países semicoloniais (atrasados) para o objetivo estratégico de ampliar seu domínio mundial. O ódio antiimperialista das massas oprimidas terá de ser sufocado, às custas de massacres. Os Estados Unidos exercem o terrorismo de Estado sem precedentes na história e alimentam o terror de Estado dos governos burgueses contra as massas exploradas.

O Congresso deve condenar a posição do PT e da CUT por se colocarem ao lado dos Estados Unidos, condenando o ataque, lamentando as mortes para defenderem a punição aos culpados. O Congresso deve se colocar inteiramente ao lado das nações oprimidas contra a guerra imperialista. Denunciar a estratégia antiterrorista de Bush e seus comparsas como alavanca para a ofensiva militar no mundo. Rechaçar a conduta servil e pró-imperialista de FHC de apoio à guerra imperialista e por permitir a interferência direta da CIA na investigação de grupos políticos e movimentos sociais brasileiros.

Que o Congresso da Apeoesp aprove: 1) Nenhum apoio à ação bélica das potências contra o Afeganistão; 2) Ne-

nhuma punição ou condenação aos terroristas pelo imperialismo; 3) A constituição da frente única antiimperialista como instrumento para aglutinar as massas oprimidas contra a ofensiva do imperialismo e da burguesia subserviente. A frente única antiimperialista deve se colocar sob a base do programa e métodos da classe operária; 4) Unidade das massas trabalhadoras contra a guerra imperialista. Trata-se da luta antiimperialista em defesa dos povos e nações oprimidas; 5) A bandeira da autodeterminação dos povos, fim do saque e a opressão nacional e social e a luta pela revolução proletária; 6) Derrubada do sistema capitalista e implantação do socialismo através da revolução social.

2ª Resolução:

**Derrubada do sistema capitalista através da revolução e ditadura proletárias
Emancipação das massas exploradas pela instauração do comunismo - sociedade sem classe**

Os elementos da crise mundial indicam a desintegração do capitalismo. As tendências recessivas se manifestam atingindo as potências imperialistas. Ressalta a brutal contradição entre a potencialidade das forças produtivas e o bloqueio imposto pela relações monopolistas de produção, resultando em quebras de economias nacionais, aumento da miséria e fome das massas exploradas. A atual situação revela o fracasso das medidas neoliberais para conter o avanço da decomposição do sistema de exploração do trabalho. Caracteriza-se como a época de rebelião das nações oprimidas contra as nações opressoras e revolta dos explorados contra os exploradores.

Com base nessa caracterização, o Congresso deve aprovar: 1) a estratégia

da revolução e ditadura proletárias como a única via para emancipar as massas oprimidas do jugo do capital; 2) a expropriação revolucionária do grande capital e o estabelecimento da propriedade coletiva dos meios de produção; 3) a condenação da política de reformas ao capitalismo, defendida no Fórum Social Mundial e pelos reformistas do PT e CUT; 4) a luta pela construção do partido revolucionário, como o caminho para superar a crise mundial de direção.

3ª Resolução

**Derrubada das medidas pró-imperialistas de FHC
Rechaço ao colaboracionismo das direções reformistas
Unidade da classe operária com os demais oprimidos para impor as reivindicações vitais
Defesa do governo operário e camponês**

O Brasil sofre as conseqüências das forças desagregadoras da economia mundial. Como país semicolonial, arca com o impacto da crise das potências e é arrastado por elas. O saque e as medidas de abertura da economia às multinacionais e ao capital financeiro parasitário reforçam os laços de submissão do Brasil aos países imperialistas. Por sua vez, o governo FHC descarrega o peso da crise sobre os trabalhadores. O aumento do desemprego, fome e miséria da maioria da população, a destruição dos serviços públicos (saúde, educação e previdência) e o violento arrocho salarial são imposições do governo pró-imperialista de FHC.

Diante disso, o reformismo petista (política da direção da CUT e Apeoesp) tem sido um obstáculo à unidade da classe operária e demais trabalhadores para pôr abaixo as medidas imperialistas impostas pelo governo. As chamadas formas "propositivas", "emendas alternativas" aos planos governamentais e o

corporativismo sindical atuam contra os explorados e favorecem a ofensiva da burguesia e de seu governo.

Que o Congresso aprove: 1) A derrubada integral dos planos de fome e miséria do governo pró-imperialista de FHC; 2) A unidade da classe operária e demais oprimidos para impor como seus próprios métodos (ação direta) as reivindicações essenciais: salário mínimo de R\$2000,00; escala móvel de reajuste salarial e de horas de trabalho; expropriação do latifúndio e entrega das terras aos camponeses pobres; saúde, previdência e educação inteiramente gratuitos; impostos e tarifas somente para os exploradores; 3) a estratégia do governo operário e camponês, fruto da revolução social.

4ª Resolução: Tribunais populares para pôr fim à corrupção

O governo e seus partidos estão atolados na corrupção. Todos os dias vem à tona as falcatruas de parlamentares, burocracia sindical, governos em todas as esferas, instituições e órgãos da burguesia. Tanto o governo corrupto quanto os reformistas e centristas levantam a bandeira de CPIs contra a corrupção. Já foram criadas inúmeras CPIs e a corrupção cada vez mais se avoluma e ninguém é punido como se deve.

Os crimes da burguesia, entre eles a corrupção, não podem ser julgados e punidos pelos próprios burgueses e seu governo. As CPIs são letra-morta no combate à corrupção. Daí a farsa desse instrumento parlamentar.

O Congresso deve aprovar: 1) os tribunais populares, organismos de luta das massas oprimidas para julgar e punir os capitalistas, seus governos e partidos; 2) o método da ação direta das massas para varrer com o sistema de exploração do trabalho e a burguesia corrupta.

5ª Resolução: Combater as frentes populares eleitoreiras Rejeitar o arremedo de frente classista dos centristas Pôr em pé a frente única antiimperialista

Diante das medidas

pró-imperialistas, os reformistas propõem a saída eleitoral de substituição do governo FHC por um governo democrático e popular. Ludibriam com a ilusão de que é possível desenvolver as forças produtivas internas e amenizar a fome e a miséria de milhões de trabalhadores sem se chocar com o imperialismo e seu sistema de exploração do trabalho. Acabaram, com isso, pondo em pé um partido da ordem burguesa, sob a fachada de democrático e popular. São ferrenhos opositores da expropriação revolucionária do grande capital, do não pagamento das dívidas interna e externa, do combate ao imperialismo. No lugar de defender os métodos genuínos da classe operária (ação direta), arrastam os trabalhadores para a via parlamentar-eleitoral como solução dos grandes problemas.

Os centristas comparecem como satélites do reformismo. Ao invés de proporem a constituição de frentes populares (que abrange um setor da burguesia), os centristas conclamam para as frentes dos trabalhadores. Geralmente, acabam apoiando eleitoralmente o PT. Em realidade, ambos se confluem na saída eleitoral estratégica para a crise.

Que o Congresso rejeite as frentes populares eleitorais e aprove: 1) O programa da classe operária de expropriação revolucionária da burguesia e de seu sistema econômico; 2) a constituição da frente única antiimperialista como a via de unidade das massas exploradas para pôr abaixo o governo e expulsar o imperialismo.

6ª Resolução: Pôr abaixo o colaboracionismo e a burocracia sindical vendida Pôr um sindicato de luta de classe

A estratégia da direção da Apeoesp, CUT e CNTE é a do governo democrático e popular. Os resultados são cada vez mais nefastos para os trabalhadores. A política de não-enfrentamento direto e de não unidade grevista para resistir aos ataques de FHC/FMI só puderam acumular mais miséria, desemprego e fome de milhões. O governo continua de mãos livres para impor mais sangria às massas. Os sindicatos e Central foram colo-

cados a serviço da política do reformismo e acabaram facilitando a imposição das medidas antinacionais e antipopulares do governo. A burocratização das direções e a colaboracionismo atingiram em cheio os organismos dos trabalhadores anulando sua principal função que é a defesa da vida dos assalariados.

Que o Congresso aprove: 1) a luta contra a burocratização da Apeoesp, CUT e CNTE; 2) o fim do assistencialismo e do colaboracionismo de classe; 3) a erradicação da corrupção política e material praticada pela burocracia sindical; 4) um sindicato de luta de classe para enfrentar o Estado burguês, apoiado na mais ampla democracia operária.

7ª Resolução: Derrubar a reforma privatista da educação Defender um único sistema de ensino público, gratuito, laico, autônomo e enraizado na produção social

O governo está impondo uma reforma privatista da educação, o que tem provocado a destruição do ensino público. A municipalização, telessalas, salas de aceleração, eliminação disciplinas do currículo, trabalho "voluntário", contrato sem vínculo empregatício, imposição das fundações nas Universidades, fechamento de escolas e desemprego são alguns de seus sintomas.

A política da direção da Apeoesp é a de fazer "emendas" à reforma do Banco Mundial. As conseqüências têm sido amargas para os educadores e alunos.

O Congresso deve: 1) combater a reforma privatista do governo e a farsa armada pela direção sindical. Deve combater levantando as reivindicações dos trabalhadores em educação e alunos e organizando a mobilização nacional contra o conjunto das reformas pró-imperialistas, onde a da educação é parte; 2) aprovar o fim da rede privada de ensino e a estatização de todo o sistema, sob o controle dos trabalhadores; 3) rejeitar o ensino religioso e defender a escola laica; 4) lutar pela escola única politécnica do trabalho, uma escola vinculada à produção social.

8ª Resolução:**Nada de implantar o ensino religioso nas escolas
Defesa do ensino laico**

A implantação do ensino religioso nas escolas tem a função de ampliar o controle do Estado sobre o ensino e “domesticar” uma parcela de alunos que se rebela contra as condições miseráveis de vida. O ensino religioso tem, portanto, a finalidade de ludibriar a juventude, desviar sua atenção dos verdadeiros problemas e das formas de resistência coletiva. Trata-se de um mecanismo da burguesia, seu governo e da Igreja para manter o sistema de exploração do trabalho e domesticar as massas, entre elas a juventude.

A reivindicação do ensino laico e de nenhuma ingerência do Estado e da reli-

gião é a defesa do ensino científico. A escola laica está em oposição ao obscurantismo (crenças e outras formas de domínio) pregado pela religião.

O Congresso deve rejeitar o ensino religioso e os acordos entre governo, igreja e sindicatos para a sua implantação fora do horário de aula e todos os trâmites para que entre em vigor. Deve aprovar a reivindicação histórica: 1) ensino laico, por uma educação científica; 2) nenhuma ingerência do Estado e da Igreja na educação; 3) Pela autonomia integral do ensino.

9ª Resolução:**Proporcionalidade: princípio da democracia operária
Que a diretoria implemente a decisão já aprovada no congresso anterior**

O critério da proporcionalidade é

o da representação real no seio da classe. Na eleição sindical, a porcentagem obtida deve corresponder ao número de membros na direção. As diferentes opiniões que se expressam na base não podem ser eliminadas por mecanismos de controle repressivo/burocrático. É um dos pontos elevados da democracia operária porque permite que no interior da direção contenha posições reais da classe. Capacita e tempera politicamente os trabalhadores no seu combate à burocracia, ao governo e ao sistema de opressão social.

O Congresso deve rejeitar qualquer votação que implique em mudança da decisão já tomada. Deve exigir que a diretoria implemente rapidamente.

Formação**O Programa de Transição e o controle da produção**

O Programa de Transição foi aprovado como instrumento de organização internacional do proletariado. Por isso, é o programa da IV Internacional, fundada em 1938, por Leon Trotsky. Passados tantos anos, mantém total validade. O capitalismo desintegra-se e impõe a barbárie social. O desemprego de milhões e os baixos salários, a fome e a miséria, contrastam com a gigantesca riqueza controlada por uma ultra-minoria capitalista.

O Programa de Transição destina-se a superar o capitalismo, substituindo pela sociedade sem classes. Ou seja, pela sociedade comunista. Para isso, o proletariado está obrigado a se organizar como classe revolucionária em torno de seu programa. Reproduzimos abaixo um de seus pontos essenciais para se combater o desemprego e todo argumento dos capitalistas sobre a crise.

O “segredo comercial” e o controle operário sobre a indústria

“O capitalismo liberal, baseado na livre concorrência e no livre comércio, já desapareceu. O capitalismo monopolis-

ta que o sucedeu, foi incapaz não só de controlar a anarquia do mercado, mas ao contrário, conferiu a esta última, um caráter particularmente convulsivo. A necessidade de um “controle” sobre a economia, de uma “direção” estatal, de uma “planificação”, é atualmente reconhecida, pelo menos em palavras, por quase todas as correntes do pensamento burguês e pequeno-burguês, do fascismo à social-democracia. Para os fascistas, trata-se sobretudo, de uma pilhagem “planificada” do povo com fins militares. Os sociais-democratas procuram esvaziar o oceano da anarquia com a colher de uma “planificação” burocrática (...) Nas suas mesquinhas tentativas de “regulamentação”, os governos democráticos chocam-se à sabotagem intransponível do grande capital.

A verdadeira relação entre exploradores e “controladores” democráticos é caracterizada do melhor modo, pelo fato de que os senhores “reformadores”, tomados de piedosa tremeadeira, param ao limiar dos trustes, com seus “segredos” industriais e comerciais. Nesse terreno reina o princípio da “não-intervenção”. As contas entre o capitalista isolado e a

sociedade continuam sendo um segredo do capitalista: a sociedade nada tem a ver com isto. O “segredo” comercial é sempre justificado, como na época do capitalismo liberal, pelas exigências da “livre-concorrência”. Porém, os trustes não guardam segredos entre si. O segredo comercial, na época atual, é um complô constante do capital monopolista contra a sociedade. Os projetos de limitação do absolutismo dos “patrões pelo direito divino”, continuarão a ser farsas patéticas, enquanto os proprietários privados dos meios sociais de produção puderem esconder aos produtores e aos consumidores as maquinações da exploração, da pilhagem, da fraude. A abolição do “segredo comercial” é o primeiro passo na direção de um verdadeiro controle da indústria.

Assim como os capitalistas, os operários possuem o direito de conhecer os “segredos” da empresa, do truste, de todos os ramos da indústria, de toda a economia nacional em seu conjunto. Primeiro e antes de mais nada, os bancos, a indústria pesada e os transportes centralizados, devem ser submetidos a uma observação cuidadosa.

As tarefas imediatas do controle operário consistem em esclarecer quais são as rendas e as despesas da sociedade, a começar pela empresa isoladamente; em determinar a verdadeira porção da renda nacional apropriada pelo capitalista individualmente, e por todos os exploradores, conjuntamente; em desmascarar as combinações de bastidores e as trapaças dos bancos e trustes; em revelar enfim, diante de toda a sociedade, o assustador desperdício de trabalho humano que resulta da anar-

quia capitalista e da pura caça ao lucro.(...)

Aos capitalistas, principalmente os de pequena e média envergadura, que às vezes propõem abrir seus livros de contas diante dos operários -sobretudo para lhes mostrar a necessidade de diminuir os salários - os operários devem responder que o que lhes interessa não é a contabilidade de falidos ou de semifalidos, isoladamente. Mas, lhes interessa a contabilidade de todo os exploradores. Os operários não podem querer adaptar seu

nível de vida aos interesses dos capitalistas isolados e vítimas de seu próprio regime. A tarefa consiste em reconstruir todo o sistema de produção e distribuição sobre bases mais racionais e dignas. Se a abolição do segredo comercial é condição necessária ao controle operário, este controle é o primeiro passo no caminho da direção socialista da economia".

(Extraído do "Programa de Transição", escrito por Leon Trotsky, em 1938)

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas n.º 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da ditadura Garcia Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir(77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, em que o Partido tem de se readequar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre, para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a incorporação da nova militância. Aqui se discute a questão do trabalho da imprensa partidária

Manual do Organizador Trabalho da Imprensa (II)

Aqui também temos de superar um dos vícios que a clandestinidade criou: os militantes se limitam a entregar para as pessoas o jornal e a revista e acreditam que seu trabalho termina aí. Como resultado prático desta conduta temos que o partido vendeu um material a mais e que suas idéias tenham chegado a um outro leitor, ainda que dificilmente poderão ter sido assimiladas. Este tipo de trabalho deve ser considerado extremamente deficiente.

O objetivo do partido é que a ampliação de sua influência se traduza em crescimento numérico, assim é como se organiza a vanguarda dos explorados. Esse objetivo exige que o militante vá até os operários não para se limitar a distribuí-los, mas como portador das idéias básicas contidas nessa propaganda. O militante que vende o jornal já seleciona o contato com que decide trabalhar e os simpatizantes que catalogou como possíveis com-

pradores, tudo isto por um critério político.

Depois de vender o jornal devemos orientar nossos contatos para que leiam determinados artigos e análises para poder lhes explicar a política do POR e discutir seus alcances. Este contato poderá se converter em um simpatizante se o acompanhamos no futuro.

Os militante não podem nem devem se limitar a somente expor as idéias partidárias, mas devem escutar as aflições dos que se colocam como interlocutores dos poristas. Devemos lhes perguntar sobre as novidades que acontecem nos centros de trabalho, das denúncias que saem das fábricas etc. Desta forma este contato tão ligado às massas se converte em um informante e colaborador do jornal do POR.

Quando difundimos nossa revista teórica o trabalho também não deve terminar com sua venda. Devemos orientar e facilitar sua leitura, além de explicar e discutir as teses de maior relevo contidas na revista.

As campanhas econômicas para o jornal podem ajudar a organizar contatos e a constituição de grupos destinados a sua difusão, financiamento e estudo abre grandes possibilidades para o trabalho político.

Resumindo: O jornal e a revista partidários não devem ser consideradas estritamente como simples canais de difusão das idéias, mas que têm a função de ajudar os militantes para que possam se implantar no seio das massas e organizar a vanguarda dos explorados. Este trabalho nunca terá êxito se for deixado abandonado ao livre critério dos militantes, tem de ser cuidadosamente planejado pelas células. Os militantes devem ser capacitados e treinados para trabalhar com os materiais do partido, devem ser instruídos em como expor os temas e quais devem ser. Todo este trabalho não poderá se realizar se as células não começarem estudando o conteúdo da propaganda e colocando em relevo seus aspectos fundamentais.

Resumo das Obras Completas de Guillermo Lora

Apresentamos a seguir um Resumo dos Livros das Obras Completas de Guillermo Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana da implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como passo a passo, devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicá-las à realidade

Volume XVI (1965)

Este volume aborda a luta contra o golpe Barriento em "*Abaixo a Bota Militar!*"; e nas teses do XXI Congresso do POR "*Abstenção Eleitoral para Desmascarar as Manobras do Oficialismo*" entre outros; no tomo também é comentada a crise estalinista com a quebra do PC espanhol e a posição de Mao na Ásia, comentando as diferenças entre o estalinismo russo e o de Mao, em "*Aspectos da Crise Mundial do Estalinismo*".

Neste tomo, uma série de matérias relata os assassinatos dos militantes operários do trotskismo boliviano, César Lora e Isaac Camacho, pela ditadura Barrientos.

Além da transcrição dos textos teóricos "*Como Construir a IV Internacional*" e a "*As Ondas da Revolução Permanente em Karl Marx*"

Volume XVII (1966-1967)

Este tomo informa sobre a rápida unificação do POR com os pablistas, que diante da ditadura de Barriento, se comprometeram com o programa e acordaram que o partido não seria ligado a nenhuma das frações que diziam representar a Quarta Internacional. O processo de unificação foi assinado em março de 1966, dando início ao processo de unificação

das células mas que foi logo estancado ao se saber que o encarregado da juventude dos pablistas pertencia a um órgão de repressão o Controle Político, rompendo então o POR com o Pacto de Unidade. A partir deste momento, os pablistas internacionais volta a atacar o trotskismo boliviano. Nesta mesma época, dava-se em Havana a Conferência da Tricontinental, onde o CODEP (Conselho Democrático do Povo, frente formada pelo POR, o PCML e o grupo Espartaco, mas tarde a ala esquerda do PRIN [Partido Revolucionário da Esquerda Nacional- o racha da esquerda do MNR], o OSIN se integra a frente) foi impedido de participar. O castrismo mostrava-se adepto do estalinismo.

Neste volume foi transcrita uma série de documentos sobre o parlamento entre os quais destacamos: "*Lugar do Parlamentarismo*", "*A Abstenção Contra o Militarismo*", "*Parlamentarismo e Insurreição*", "*Tarefas dos Deputados Camponeses*" e sobre a Educação, como: "*A Frente Unida da Juventude Antiimperialista Lutará pela Unidade Operária e Camponesa*", "*O Apoliticismo na Universidade: Arma da Reação e do Imperialismo*", "*O Que Ocorre na Universidade*".

Além destes estão transcritos os textos "*Os Bolcheviques Apontavam Para a Tomada do Poder*", "*O Massacre de San Juan*" e "*O foco Guerrilheiro Não Resolve Por Si Só Todos os Problemas que Coloca a Revolução*"

Manifestação contra a guerra imperialista em São Paulo

No dia 8 de outubro (um dia após o primeiro bombardeio ao Afeganistão) realizou-se uma passeata com cerca de duzentas pessoas, debaixo de uma forte chuva, até o consulado norte-americano.

O ato e a passeata só aconteceram devido ao esforço de algumas correntes de esquerda.

As direções sindicais, camponesas e estudantis não fizeram até agora o menor esforço para organizar uma atividade.

Parte delas se solidarizaram com o imperialismo, condenando o atentado.

O calendário da Central Única dos Trabalhadores, que só em palavras agita campanhas salariais unificadas, pretende mesclar a guerra em algum intervalo

de uma atividade distracionista qualquer.

As correntes mais empenhadas em combater o imperialismo são minoritárias, mas são os que respondem nos momentos cruciais, mesmo que com dificuldades e sem aparato.

Esta semana em vários países as massas têm se levantado em passeatas e atos contra a guerra imperialista. Manifestações de massa no Paquistão, Nigéria, em todo o Oriente Médio.

As principais universidades norte americanas se colocaram contra a guerra: 10 mil em Nova York contra a guerra, o desemprego e o racismo; 20 mil em Washington.

Um posto de recrutamento de solda-

dos em Nova York foi invadido por cinco mil pessoas para impedir os alistamentos.

No Brasil, FHC se comporta como um capacho do imperialismo, fiscalizando cada pedacinho da fronteira de Foz do Iguaçu, tendo a Abin como agente de perseguição à colônia muçulmana.

É necessário intensificar os atos, debates e passeatas contra a guerra imperialista.

Politizar as consignas contra a guerra para afastar o pacifismo e combater as direções que capitulam.

Defender a Frente Única Antiimperialista e o programa da revolução social no interior dos movimentos, locais de trabalho, escolas e bairros operários.

Bolívia:

Materializar a necessidade histórica do partido mundial da revolução socialista

(Leon Trotsky entregou sua vida na luta para por em pé uma poderosa Quarta Internacional, capaz de expressar com fidelidade o marxismo-leninismo-trotskista de nossa época)

Vivemos em meio da desintegração do imperialismo

A podridão do capitalismo está empurrando a sociedade para a barbárie. O imperialismo vai pisoteando impiedosamente tudo o que construiu anteriormente.

A recessão mundial demonstra que o desenvolvimento descomunal das forças produtivas faz com que se destrocem ao se chocarem com a grande propriedade privada burguesa encarnada nas transnacionais.

Em quase todas as latitudes do mundo, as massas suportam a miséria, o desemprego, e as demais calamidades próprias da crise econômica estrutural do capitalismo, vêm ganhando as ruas na sua luta contra as calamidades que têm de suportar.

Os revolucionários de hoje, muito poucos dos quais estão em meio das massas, estão obrigados a dar respostas a essa situação concreta.

Pode-se dizer que o fator objetivo para a revolução proletária está mais maduro que nunca.

Ninguém ignora que não se pode dizer o mesmo do fator subjetivo da revolução (evolução da consciência de classe, presença e maturidade do partido do proletariado).

Por que por em pé a Quarta Internacional e não outro partido?

Os oprimidos e explorados dos diversos países do mundo somente poderão instaurar a ditadura do proletariado, primeiro passo rumo ao comunismo, se conseguem que sua vanguarda se estruture em partido político, como expressão política de sua consciência de classe.

O partido mundial da revolução socialista não cairá do céu, mas será expressão da assimilação autocrítica de tudo o que se tem feito nesse ter-

reno, particularmente no plano ideológico.

O programa da IV Internacional expressa as leis da revolução mundial e os programas nacionais de cada país

Como marxistas sabemos que a transformação da sociedade se dá atuando conforme suas leis. Isso se traduz na urgência de que cada Seção da IV Internacional conte com o programa da revolução em seu país.

Não queremos amontoar camarilhas ou aventureiros individuais, preocupados em lograr bons salários pelas viagens que realizem.

Nosso objetivo é forjar partidos bolcheviques que elaborem a política da Internacional e das seções nacionais.

(extraído do Massas Boliviano nº 1777)

Os ianques assim distraem da crise

Antes do atentado terrorista os Estados Unidos deslizavam para uma desenfreada recessão: o fechamento de fábricas provocava a demissão de milhares de operários, a depauperação dos salários agravava a miséria de grande parte da população. O mal-estar social se voltava contra o governo Bush.

As conseqüências dramáticas do atentado terrorista, a morte de mais de seis mil pessoas que sacode a sensibilidade das pessoas, permite ao governo desenvolver uma furiosa

campanha para orientar a consciência das pessoas para o chovinismo que clama vingança; mobiliza milhares de desempregados para levá-los como bucha de canhão para o Oriente Médio e distrair o mal-estar social precedente ao atentado com o circo guerreiro.

A crise econômica não acabou, o atentado terrorista precipitou a catástrofe na Bolsa de Nova York, as empresas de aeronavegação e seguros sofreram milhares de perdas e o estanho conheceu o preço mais bai-

xo de sua história (US\$1,63 a libra).

A agudização da crise na metrópole se faz sentir nos países oprimidos da periferia. Na Bolívia a queda do preço do estanho provoca a paralisação das atividades das cooperativas mineiras com todas as suas conseqüências.

A realidade se imporá. As necessidades do estômago obrigarão os ianques a porem os pés na terra.

(extraído do Massas Boliviano nº 1777)

Llallagua (Bolívia):

Reação universitária frente ao atentado terrorista contra os Estados Unidos

No último dia 11 de setembro, quando do atentado terrorista em Nova York, um grupo de jovens universitários, à noite, saíu para a Praça de Armas de Llallagua para festejar o acontecido e expressar às pessoas o significado deste fato.

Através de um amplificador, chamaram as pessoas a se concentrarem na Praça e disseram: "Não se deixem enganar pelos meios de comunicação que fazem ver os Estados Unidos como vítima do atentado, quando na verdade somos nós as vítimas de sua política imperialista.

Portanto, não devemos dar crédito nem deixar-nos enganar com a posição humanista dos meios de comunicação".

Também gritavam pelo microfone o seguinte: "O terrorismo é produto da sua mesma política imposta pela força."

"Em resposta dizemos: Morra o capitalismo mundial! Abaixo os ianques!"

O que informamos não é mais que o reflexo da luta de classes, ainda que os governos servis do imperialismo, como o de Tuto Quiroga, se esforcem por repudiar o terrorismo e ficar de bem com os ianques.

Segundo os universitários de Llallagua, as grandes maiorias vivem um momento de satisfação porque são as que sofrem na própria carne o desemprego, miséria extrema etc, efeitos da política opressora dos Estados Unidos da América, e sabem que somente através da violência se acabará com o capitalismo mundial saqueador e opressor.

Disseram que "a revolução social está a um passo de materializar-se".

(extraído do Massas Boliviano nº 1778)

Nosso objetivo central:

Luta frontal contra o imperialismo (particularmente o norte-americano)

Nosso objetivo estratégico: o comunismo sem classes sociais, sem Estado opressor, sem fronteiras.

Nosso método de luta: a ação direta de massas, a violência revolucionária encarnada nos explorados e oprimidos, não a elitista.

Nossa tática: a frente única antiimperialista (unidade da nação oprimida pelo imperialismo, timoneada pela política revolucionária da classe operária).

Tomaremos o poder político não com ajuda da papeleta eleitoral ou pelo golpismo, mas pelo caminho da insurreição, a revolução proletária e instaurando a ditadura do proletariado.

Desmascarar a manobra reacionária do fascista Bush

Temos expressado até o cansaço que nada temos a ver com a violência elitista por ser estranha às massas e a finalidade estratégica da revolução e ditadura proletárias.

Isso não quer dizer que apoiemos a manobra do governo reacionário dos EUA, que montou uma descomunal operação para afirmar o submetimento do mundo à vontade do imperialismo cavernário (um exemplo, Bolívia foi convertida em colônia, onde impera despoticamente a vontade do embaixador ianque).

Denunciamos a arremetida contra o Afeganistão como uma operação bárbara, cavernária e fascista. Defendemos as nações que sejam invadidas pelos norte-americanos.

Ao mesmo tempo, universalizamos a consigna da revo-

lução proletária universal. Lutamos contra toda atitude de subjugar os diversos países e contra todos os métodos que usam os EUA para afirmar seu reinado despótico universal.

Reiteramos nossa posição revolucionária

A tarefa prioritária de todos os países que suportam a opressão imperialista é a de lutar pela libertação nacional, pela recuperação da soberania nacional, pela autodeterminação das nacionalidades nativas submetidas.

Formulamos a urgência de unir todos os oprimidos e explorados em um movimento revolucionário mundial, sob o comando do partido mundial da revolução socialista (IV Internacional).

(extraído do Massas Boliviano nº 1778)

Guerra imperialista

Direito à autodefesa?

O Vaticano se pronunciou a favor da guerra contra o Afeganistão, utilizando o argumento do direito de autodefesa dos Estados Unidos. Esse conceito passou a ser usado mais largamente pelos porta-vozes do imperialismo.

O jornal Estado de São Paulo, no editorial, explica: "Mesmo no mundo muçulmano, nenhum governo, salvo o de Saddam Hussein, no Iraque, e a teocracia dos aitolás, no Irã, negou de imediato a legitimidade da causa americana e o direito do país à autodefesa, mediante, entre outros recursos, investida direta contra a organização responsável pelo massacre de 11 de setembro". Extraordinário argumento legitimista.

Que autodefesa é essa, se os Estados Unidos são os maiores agressores do mundo, os maiores intervencionistas e os maiores terroristas? Os terroristas nacionalistas, se é que se venha a comprovar que foram eles, usam esse meio

como autodefesa, uma vez que não expressam a política revolucionária do proletariado (esse usaria a violência revolucionária de massa contra a violência reacionária da burguesia) e não têm como usar a guerra "convencional" como meio de resistir à opressão imperialista. Nessas condições, tais organizações nacionalistas-religiosas recorrem aos atentados. Basta que se olhe a história do Oriente Médio, da luta dos árabes para terem seus países e se libertarem do império otomano, para se ver que está marcada pelos atentados.

O imperialismo não está em posição de autodefesa, pois são os opressores dos povos. A "autodefesa" do Vaticano acoberta os interesses do grande capital internacional, que sacrifica povos inteiros, e a ditadura das potências sobre as semicolônias, que esmaga todo e qualquer movimento de resistência, seja ele terrorista ou não (ação revolucionária

das massas). O Vaticano refere-se o direito de autodefesa do capital imperialista. Sob o manto da santa aliança, procura-se convencer os povos da legitimidade do imperialismo esmagar o Afeganistão, trucidar os nacionalistas muçulmanos que praticam o terror e avançar o domínio das potências.

Lembremos que na colonização do Brasil a Igreja empunhou o evangelho contra os "pagãos" e "selvagens", servindo à opressão dos conquistadores. Diante da escravidão, usou o mesmo evangelho para distinguir os africanos dos indígenas. E quando os indígenas passaram a resistir aos invasores, a Igreja foi buscar o conceito de "guerra justa" para justificar o genocídio praticado pelos portugueses.

Vemos que não há nenhuma novidade no "direito a autodefesa" evocado agora pelo Papa. O Vaticano é a Igreja do imperialismo.

Um chamado a todas as correntes e organizações que se opõem à guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão

Combater a ditadura mundial do imperialismo

Como estava previsto, os Estados Unidos e sua santa aliança lançaram-se em guerra contra o Afeganistão. Fica cada vez mais evidente que o imperialismo norte-americano objetiva expandir seu poderio. A declaração de George W. Bush de que se trata de uma guerra mais ampla do que a desfechada contra o Afeganistão tem tudo para ser colocada em prática. Uma vez destruído o governo Taleban e colocado em seu lugar um governo preposto do imperialismo, a máquina bélica deve se dirigir a outro país considerado protetor do terrorismo ou que não colaborou com a cruzada. Provavelmente, será o Iraque, que depois de 11 anos continua a ser atacado por mísseis da OTAN/EUA.

O fato é que os Estados Unidos precisavam da guerra. O atentado ao Pentágono e as Torres foi o pretexto de que a potên-

cia necessitava para ampliar o intervencionismo bélico. As causas mais profundas continuam obscurecidas pela campanha ideológica da santa aliança e pela exploração da tragédia do dia 11 de setembro.

O capitalismo mundial não tem como conter as tendências da crise estrutural e desintegração das relações impostas após a 2ª Guerra. A superprodução, disputa comercial, parasitismo financeiro, queda tendencial das taxas de lucro, impasse tecnológico (inaplicabilidade), protecionismo, falência dos países semicoloniais, instabilidade das moedas e desemprego crescente conformam um quadro recessivo e de quebraadeira generalizado. As medidas de saque, privatizações e abertura de mercado aplicadas por mais de uma década nos países semicoloniais (atrasados) serviram apenas de respiradouro para o grande capital.

Ao contrário da propaganda de "glo-

balização" como solução para os impasses e meio para uma nova etapa de "desenvolvimento sustentável", agigantaram-se as contradições entre as potências, e entre as potências e suas semicolônias. Por detrás, estão as forças produtivas que têm tudo para se expandir mas se chocam com a tremenda concentração da propriedade monopolista multinacional, com o empobrecimento da maioria das nações submetidas à sangria, com as fronteiras nacionais (protecionismo das potências e clausura das semicolônias em seus raquíticos mercados internos), com um excedente de capital financeiro parasitário sem precedente, com a divisão do mundo do pós-guerra, com a crescente pobreza absoluta e desemprego entre as massas.

É dessa realidade que vêm à tona as forças bélicas construídas pelas potências. Os germens da guerra se desenvolvem nesse terreno. A indústria armamentista foi impulsionada nos últi-



mos 50 anos, valendo-se dos resultados da Segunda Guerra e recentemente da sofisticada tecnologia da informação. Não é por acaso que os Estados Unidos lideram o mercado de armas e têm interesse no uso da parafernália bélica. Não se produz montanhas de armas para ficarem nos arsenais. Trata-se de um ramo industrial de ponta. Está inserido nas forças produtivas e serve para destruir forças produtivas.

As guerras promovidas pelas potências são expressão mais acabada do capitalismo na sua fase imperialista de decomposição e barbárie. Não se encontra uma só razão em que a guerra imperialista se justifica. Em todos os casos, é reação em toda linha contra as forças produtivas e a humanidade. As guerras do imperialismo sobretudo recaem sobre as massas oprimidas.

Os bombardeios sobre o Afeganistão completamente indefeso, cercado e isolado expõem a função reacionária da alta tecnologia militar e a prepotência do imperialismo, que usa seu poderio para subjugar as nações oprimidas e esmagá-las quando não acatam as ordens do grande capital. O que os Estados Unidos estão fazendo com o Afeganistão é a mostra do caminho a ser percorrido pelo imperialismo diante da crise: bombardeio de populações famintas, devastação do país miserável e liquidação de seu governo. Os campeões dos direitos humanos, da liberdade e da democracia não

passam de detentores do capital colonialista e sanguinário. O imperialismo expressa a mais feroz da ditadura do capital contra as nações oprimidas e as massas exploradas.

Constituir a frente única antiimperialista

As massas oprimidas muçulmanas vêm se levantando contra o imperialismo. Estados Unidos e Inglaterra pressionam com todo tipo de ameaça para que os governos golpeiem o movimento de massa, favoreçam o esmagamento do Afeganistão e a destruição da organização nacionalista-terrorista de Osama bin Laden. Os trabalhadores do mundo todo devem se colocar do lado dos explorados e das nações oprimidas contra a guerra imperialista.

O método da classe operária não é o do terrorismo individual e seu objetivo histórico não é do nacionalismo burguês ou pequeno-burguês. É o da ação de massa e da estratégia da revolução social, destruição do capitalismo e conquista da sociedade sem classes (comunismo).

A luta antiimperialista das massas muçulmanas, que enfrentam a guerra dos Estados Unidos, é revolucionária. Através dela, caminharão para sua emancipação da religião, do nacionalismo e superarão o método de luta do terrorismo. Para isso, a classe operária internacional deve levantar seu programa

de revolução antiimperialista e anti-capitalista. Deve trabalhar por construir seu partido mundial da revolução socialista (reconstruir a IV Internacional) como resposta à barbárie capitalista.

As situações extremas, como as guerras, têm a virtude de expor a falência do capitalismo, os limites do nacionalismo das nações oprimidas, as deformações impostas às massas pela religião e a impotência do terrorismo antiimperialista. A política proletária, que é a da revolução social, comparece como a via para resolver os grandes problemas históricos e erradicar todo tipo de opressão.

Diante da guerra imperialista, a classe operária internacional tem como desenvolver seu programa de emancipação dos povos oprimidos, autodeterminação, soberania das nações exploradas, direito de autodefesa irrestrito e armamento das massas. O povo armado, contra o imperialismo é a única possibilidade de vitória contra os colonialistas.

A classe operária norte-americana, inglesa, francesa, alemã não pode se deixar levar pelo patriotismo e racismo da burguesia imperialista. A classe operária não tem pátria: é internacional. Seu programa é o internacionalismo comunista, da emancipação universal dos explorados e extinção definitiva do domínio de uma nação sobre outra. Cabe em seus países organizarem a frente única proletária para derrotar os Bushs, os Blairs, colocando-se ao lado das nações oprimidas e dos movimentos antiimperialistas das massas muçulmanas.

A classe operária dos países atrasados, que constituem a maioria, por sua vez, deve organizar a frente única antiimperialista, partindo das tarefas de cada lugar, combinadas com as gerais de destruição do capitalismo mundial.

Nosso chamado

O Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, vem perante os trabalhadores, correntes, sindicatos, MST, UNE e demais organizações de massa a chamá-las a convocar uma reunião para organizar a defesa do Afeganistão e constituir uma frente única antiimperialista, que tenha por direção a classe operária e o programa da revolução social.